



**Presidência da República  
Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

**Ata da 197ª Reunião Ordinária do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana  
CDDPH**

1 Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e nove, às quatorze horas, na sala  
2 quatrocentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na Esplanada dos Ministérios  
3 em Brasília, foi realizada a centésima nonagésima sétima Reunião Ordinária do Conselho de  
4 Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, sob a Presidência do Secretário Especial dos Direitos  
5 Humanos da Presidência da República e **Presidente** do CDDPH, **Ministro Paulo de Tarso**  
6 **Vannuchi**, com a presença dos seguintes **Conselheiros**: Dr. Percilio Lima Neto, OAB; Dr.  
7 Fermino Fechio, SEDH; Drª Ivana Farina, CNPG; Profª Marly Bastos, ABE; Dr. Franklin  
8 Rodrigues, MPF; Drª Lenir Rodrigues, ANADEP; Dr. Humberto Espinola, Penal; Drª Juliana  
9 Corbacho, SEDH; Ana Celina Bentes Hamoy; Luciana Silva Garcia; Rodney Rocha Miranda;  
10 Erfen José Ribeiro Santos; Márcia Maria Adorno Ramos Drª Andressa Caldas, Justiça Global;  
11 Drª Ivana Farina, CNPG; Márcia Soares; Thiago Machado; Pedro Kitoko; Ana Paula Diniz de  
12 Melo; Marcelo Fernando; Hugo Mello; Leonardo Mattar; Sandra Carvalho; Marta Falqueto;  
13 Fábio Rabello de Oliveira; Carlos Augusto Costa; Rodrigo Wanderley Lima; Wladimir  
14 Sacchetta; Gilmar Ferreira de Oliveira; Jassenildo Henrique Reis; Talita Maciel; Jussara  
15 Vasconcelos; João Paulo de Santana Almeida; Letícia Cunha; Drª Gilda Carvalho, MPF;  
16 Silvana Gallina, Governo do Estado do Espírito Santo; e Drª Juliana, Secretária Executiva do  
17 CDDPH. **Item I - Abertura e Informes**: O **presidente** abriu a reunião cumprimentando os  
18 presentes e agradecendo a presença de todos. Informou sobre a rápida visita da alta  
19 comissária da ONU para os Direitos Humanos, Navanethem Pillay, que estava no Brasil.  
20 Destacou a luta da comissária em sua terra natal, na região de Durban, onde foi advogada de  
21 presos políticos durante o *apartheid* e que, após a chegada de Mandela a presidência, foi  
22 presidente da Suprema Corte e que também dirigiu o Tribunal da ONU para Ruanda. Informou  
23 que a comissária havia se encontrado com Presidente da República em reunião de trabalho  
24 com longa pauta, incluindo temas como quilombolas, segurança pública, presídios e comissão  
25 da verdade. Disse que a comissária estava naquele momento em um almoço no Itamaraty,  
26 oferecido pelo Chanceler Celso Amorim com a presença de outros ministros. Disse haver  
27 provocado uma discussão direta entre ela e o chanceler sobre o tema da comissão da verdade,  
28 onde comentaram sobre os diferentes entendimentos da Lei de Anistia Brasileira e sobre as  
29 leis de anistia no mundo e sobre as possíveis comissões da verdade. Em seguida apresentou o  
30 Sr. Vladimir Saqueta, que coordenou o processo de elaboração do livro dos sessenta anos dos

31 Direitos Humanos e que agora iniciava um novo livro contando a história do Conselho. Na  
32 sequência, a conselheira **Marta Falqueto** registrou fato ocorrido no Estado do Espírito Santo  
33 sobre a pequena comunidade quilombola de São Domingos, que estava sendo criminalizada  
34 constantemente, com oitenta e duas pessoas indiciadas. Informou que no dia anterior, quarenta  
35 pessoas daquela comunidade, incluindo idosos e crianças, haviam sido presas. Explicou que a  
36 comunidade estava aguardando a demarcação do seu território. **Item II - Visita da Alta**  
37 **Comissária da ONU para os Direitos Humanos** - O presidente saudou a comissária,  
38 destacando sua atuação importantíssima na história de defesa da afirmação dos Direitos  
39 Humanos na África do Sul e no mundo. Solicitou ao Dr. Percílio que fizesse um breve resumo  
40 sobre o Conselho e suas ações. Com a palavra o **Dr. Percílio** proferiu a apresentação. Em  
41 seguida, a **comissária Navanethem Pillay**, por meio de intérprete, saudou a todos e disse  
42 estar calorosamente identificada com o trabalho do Conselho. Fez uma breve retrospectiva de  
43 sua luta e destacou que a pauta das questões de Direitos Humanos, tratada no Brasil, era  
44 basicamente a mesma que estava sendo trabalhada a nível global. Disse que era muito  
45 importante o fato de os defensores dos Direitos Humanos, familiares e advogados poderem  
46 contar com aquele Conselho, para qual, poderiam se dirigir e encaminhar suas reivindicações  
47 sabendo que eles seriam protegidos. Destacou a reunião de Genebra, no ano passado, onde  
48 se encontrava todos os órgãos dos direitos humanos de diversos países do mundo. Afirmou  
49 que o trabalho desenvolvido pelo CDDPH era de grande valor, mas salientou que o Conselho  
50 precisaria se qualificar de acordo com as normas do acordo de Paris, para o qual disponibilizou  
51 seu escritório para auxiliar naquele sentido. O **presidente** agradeceu a fala da comissária e  
52 concordou com a necessidade de adequação aos princípios de Paris, destacando que seria  
53 necessário um amplo processo de convencimento de todos os poderes públicos para que o  
54 Conselho pudesse existir em harmonia com os princípios de Paris. Informou sobre o Projeto de  
55 Lei que aperfeiçoa o conselho e que tramitava no legislativo há quinze anos e, mesmo com  
56 esforço ainda não estava aprovado. Encaminhou a questão afirmando que criariam uma  
57 comissão interna para preparar a nova transição rumo a adoção plena dos princípios de Paris.  
58 **Item III - Apresentação do relatório final da Comissão Especial com objetivo de**  
59 **"restabelecer os efeitos da Comissão Especial (Resolução nº 16/2006), constituída com o**  
60 **objetivo de proceder à apuração de graves violações de direitos humanos no sistema**  
61 **carcerário do Estado do Espírito Santo" (Resolução nº 03 e 05/2009).** *Dr<sup>a</sup> Ana Paula Diniz,*  
62 *da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos e Dr. Thiago Machado, da Ouvidoria do*  
63 *Departamento penitenciário Nacional - DEPEN.* O **presidente** agradeceu a presença do  
64 secretário Ângelo Roncari, do Dr. Efrém Jose Ribeiro dos Santos - Procurador-Geral do Estado  
65 do Espírito Santo, Dr. Rodney Miranda secretário de segurança do Estado do Espírito Santo,  
66 Dr. José Eduardo Farias de Azevedo, secretário de governo do Estado do Espírito Santo, bem  
67 como dos representantes de organizações da sociedade civil. O **presidente** destacou que os  
68 relatos que seriam apresentados, bem como a discussão subsequente, deveriam ser pautados  
69 num projeto comum de construção nacional e de afirmação permanente da democracia. Com a

70 palavra, a conselheira Dr<sup>a</sup> **Ana Paula** apresentou o relatório sobre a visita da comissão ao  
71 Espírito Santo para fazer uma análise de como estavam os estabelecimentos do sistema  
72 carcerário naquele Estado. Detalhou os itens do relatório. Na sequência apresentou a  
73 conclusão: a) A realidade do sistema penitenciário do Estado do Espírito Santo continua sendo  
74 a mesma apresentada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, com  
75 predominância da situação de condição sub-humana motivada pelo descumprimento da lei  
76 pelos órgãos competentes, bem como pelo pouco interesse do governo em solucionar as  
77 mazelas que envolvem a questão penitenciária, haja visto a morosidade em solucionar os  
78 problemas de ordem prática e urgente; b) As instalações não oferecem as condições mínimas  
79 de higiene nem estrutura física adequada ao regime de cumprimento de pena; c) A política de  
80 privatização dos serviços penais deve ser acompanhada pelo órgão fiscalizador competente; d)  
81 A privação de liberdade nas celas de containeres deve ser imediatamente rechaçada, por todos  
82 os motivos estruturais e morais evidentes; e) Recomenda-se a imediata higienização das  
83 unidades; f) Recomenda-se a interdição da penitenciária estadual feminina para que ela não  
84 receba mais pessoas e que as pessoas lotadas na unidade sejam transferidas com urgência; g)  
85 Recomendar a administração de cumprimento das penas, com acompanhamento do Ministério  
86 Público, do Poder Judiciário e do Conselho Penitenciário; e h) Observância do cumprimento  
87 das atribuições e a realização de visitas periódicas. Finalizou atestando que o sistema não  
88 ganhou grandes avanços desde dois mil e seis. Abriu-se para considerações dos convidados.  
89 O **presidente** solicitou que o tema fosse discutido naquele momento para incorporação de  
90 eventuais informações dos demais conselheiros, mas que a votação do relatório final ficasse  
91 para a reunião de dezembro, no dia nove, ocasião em que coincidiria com o dia do lançamento  
92 do Programa Nacional dos Direitos Humanos e com a abertura da oitava Conferência Nacional  
93 dos Direitos da Criança, com a presença do presidente da República. Com a palavra o  
94 secretário de governo do Estado do Espírito Santo, **Dr. José Eduardo Faria de Azevedo**  
95 solicitou que o conselho enviasse o relatório para que pudessem preparar uma resposta  
96 consubstanciada e formal, inclusive com presença na reunião de dezembro. Apresentou a  
97 consideração de que os problemas apresentados eram do conhecimento do governo do estado  
98 e que nunca se criou a ilusão de que um problema de tamanha complexidade se resolveria  
99 num curto prazo. Disse que estavam enfrentando e resolvendo o problema passo a passo.  
100 Destacou o fato de que no Estado haviam treze unidades completamente destruídas e  
101 desestruturadas e que nos últimos quatro anos foram construídas quatorze novas unidades,  
102 que possibilitou a remoção e remanejando gradativo de detentos. Apontou como causa da  
103 superlotação o fato do crescimento da violência urbana, especialmente na questão das drogas  
104 e o fato do aumento do número de prisões. Com a palavra o secretário de Justiça e de Direitos  
105 Humanos do Estado do Espírito Santo, **Dr. Ângelo Roncalli** destacou o fato de o Estado ser a  
106 segunda unidade da Federação, a criar uma carreira de vigilância e escolta, atrás de São  
107 Paulo. Discorreu sobre a meta de não ter nenhum policial militar em nenhuma unidade  
108 prisional, que seria alcançada após a nomeação de concursados para o sistema penitenciário

109 em andamento. Destacou que eram sete, e não duas as unidades em que não havia  
110 superlotação. Concordou com o fato de haver presos de regimes diferentes, misturados nas  
111 unidades e explicou ser impossível ao administrador público estipular um percentual de vagas  
112 para cada um dos regimes. Explicou sobre a ocupação gradual dos presídios, prática que  
113 estava sendo utilizada na recém inaugurada penitenciária da Serra. Confessou que a  
114 penitenciária Feminina era a pior unidade do sistema no Estado e que estava sendo construída  
115 outra. Falou do projeto de construção da unidade jovem-adulto. Com a palavra o secretário de  
116 Segurança do Estado do Espírito Santo, **Dr. Rodney** transcorreu sobre a unidade modular e  
117 explicou sobre o gargalo no sistema, onde entram semanalmente oitenta a cem presos no  
118 mínimo e saem dez, no máximo. Comentou sobre o ofício encaminhado ao Tribunal de Justiça,  
119 listando quatrocentos presos provisórios que, transcorridos cento e cinquenta dias, não haviam  
120 tido nenhuma audiência e destacou a necessidade urgente da continuidade do mutirão do CNJ.  
121 Com a palavra o **presidente** destacou o apreço das autoridades do Estado com o Conselho  
122 em ter enviado altíssimas autoridades estaduais. Mencionou as políticas estruturantes do  
123 governo Lula que se encaminha para o encerramento do mandato e, na área de Direitos  
124 Humanos, a importância de assegurar a continuidade histórica. Ressaltou que os depoimentos  
125 apresentados introduziam reflexões importantes para o Conselho e para os autores do  
126 relatório. Na sequência, transmitiu a presidência da plenária ao conselheiro Dr. Percílio. Abriu-  
127 se para colocações dos conselheiros. O **Dr. Tiago** registrou a ausência de conselho da  
128 comunidade nas comarcas do Estado do Espírito Santo, bem como a ausência das visitas  
129 periódicas pelos órgãos da execução e a não existência de uma ouvidoria própria do sistema  
130 penitenciário. O **Dr. Humberto Spindola**, destacou o fato de que também o CDDPH participou  
131 da reconstrução do Estado do Espírito Santo, em vários episódios como o de dois mil e um,  
132 quando ao apagar do governo anterior o CDDPH buscou e divulgou para o país as  
133 ramificações da criminalidade organizada do Estado do Espírito Santo, de altas autoridades no  
134 Executivo e no Legislativo. Disse que, apesar de não ter havido a intervenção, houve a criação  
135 de uma força tarefa e estas altas autoridades sofreram consequências desta atuação  
136 criminosa. Indagou aos senhores secretários sobre um posicionamento mais claro acerca da  
137 polêmica no uso de containeres e das situações de ameaças a saúde pública. **A Dr<sup>a</sup> Ivana**  
138 **Farina**, membro da comissão, parabenizou os colegas pelo excelente relatório apresentado e  
139 explicou que a tarefa de vistoria foi provocada com o objetivo de continuar o trabalho  
140 desenvolvido em dois mil e seis, no intuito de somar ações. Comentou a discussão ocorrida  
141 com o atual diretor da CDP de Serra, sobre a questão de que, nos trinta dias iniciais, havia a  
142 orientação de privação de Bíblia, bola e família, prática não amparada por nenhuma  
143 regulamentação na lei de execução penal. Mencionou o fato para exemplificar e dizer que a  
144 intenção do Conselho era discutir a sistemática, não só do Estado do Espírito Santo, como  
145 também em casos que se repetem no Brasil. **A Dr<sup>a</sup> Gilda Pereira de Carvalho** apontou para o  
146 fato de que aquelas situações drásticas, de tamanha gravidade, feriam a Constituição Federal  
147 que, em seus primeiros artigos garantiam a dignidade da pessoa humana e o direito à vida.

148 Disse às autoridades do Estado do Espírito Santo que estavam diante de novos desafios, como  
149 o planejamento por parte de quem administra o sistema prisional. O **Dr. Gilmar** afirmou que, ao  
150 avaliar os acontecimentos no Estado desde dois mil e quatro com o envio de comissões,  
151 considerava-se que, do ponto de vista interno do Estado do Espírito Santo, não havia mais  
152 possibilidades de resolução do problema. Disse estar avaliando, inclusive, os mecanismos  
153 internacionais para levar a problemática da segurança pública de violação no Estado. Lembrou-  
154 se da posição contrária quando havia sido apresentado o projeto dos containeres, que deveria  
155 ser provisório. Discorreu sobre a constatação de denúncias de tortura denunciadas no CDP de  
156 Serra. Por fim, destacou o fato de que, em dois mil e seis, após o episódio da Força Nacional  
157 de Segurança, o Comitê Estadual pela Erradicação da Tortura, havia encaminhado ofício  
158 protocolado no Tribunal de Justiça, pedindo ao presidente do tribunal a iniciativa de propor a  
159 criação dos conselhos das comarcas. Disse aos conselheiros que até aquele momento apenas  
160 um conselho havia sido criado, na pequena cidade de Atilio Vivacqua, no interior do Estado. Na  
161 sequência, o presidente em exercício, **Dr. Percílio** agradeceu o trabalho extremamente  
162 consistente dos relatores Dr<sup>a</sup> Ana Paula e Dr. Tiago e agradeceu também a presença das  
163 autoridades do governo do Estado do Espírito Santo. Fez o encaminhamento para que o  
164 relatório fosse remetido ao Estado para que as informações a serem prestadas de forma  
165 suplementar, fossem apresentadas formalmente. **Item IV - Apresentação dos trabalhos pela**  
166 **Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED,**  
167 **referente aos casos nacionais do Grupo de Intervenções Exemplares, especificamente**  
168 **às execuções de jovens por grupos de extermínio no Ceará.** Com a palavra a conselheira  
169 **Dr<sup>a</sup> Ana Celina Bentes Harmoy** lamentou não haver quórum para encaminhamento do  
170 relatório naquele momento. O **presidente** em exercício concordou e retirou o processo de  
171 pauta, mas solicitou que alguns pontos urgentes poderiam ser encaminhados naquele  
172 momento, independente do debate da matéria em plenário. A **Dr<sup>a</sup> Ana Celina Bentes Harmoy**  
173 reportou que, desde o relatório do CDDPH de dois mil e seis, nenhuma das recomendações  
174 haviam sido cumpridas e que a indicação era a de que o Conselho pedisse deslocamento de  
175 competência. Disse que havia vinte e um recursos atualmente ao processo e que grupos de  
176 extermínio estavam disseminados na região e que as famílias estavam em situação de  
177 vulnerabilidade total. Com a palavra o **presidente** em exercício disse que a secretaria da  
178 CDDPH estava reativando, ainda que com defasagem de tempo, todas as recomendações  
179 contidas nos diferentes relatórios para serem objeto de deliberação, não de plenário, mais de  
180 natureza administrativa para cumprir aquilo que o plenário havia determinado em épocas  
181 passadas. Disse que pautaria o tema para a próxima seção do CDDPH. **Item V -**  
182 **Encerramento** - Em seguida, o **presidente, em exercício**, Dr. Percílio, agradeceu a presença  
183 e a participação de todos e encerrou a reunião convocando os conselheiros para a próxima  
184 assembléia, a ser realizada no dia nove de dezembro de dois mil e nove.